

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS
CONSELHO UNIVERSITÁRIO

A T A Nº 02/90

001 Aos vinte e dois dias do mês de maio do ano de mil nove-
002 centos e noventa, no horário das nove horas e vinte minu-
003 tos, no Salão Nobre da Faculdade de Agronomia Eliseu Ma-
004 ciel, realizou-se uma sessão extraordinária do Conselho
005 Universitário da Universidade Federal de Pelotas, convo-
006 cada e presidida por seu Presidente, Professor Amilcar
007 Goyheneix Gigante, Magnífico Reitor, a qual contou com
008 a presença dos seguintes conselheiros: Professores Luiz
009 Henrique Schuch, Vice-Reitor da UFPel; Sérgio Roberto Mar-
010 tins, Maria Isabel da Cunha e Aldyr Garcia Schlee, res-
011 pectivamente, Pró-Reitores de Pesquisa e Pós-Graduação,
012 de Graduação e Assistência, e de Extensão; Moacir Cardo-
013 so Elias, Diretor da Faculdade de Agronomia Eliseu Ma-
014 ciel; Adair Stefanello Busato, Diretor da Faculdade de O

CONSELHO UNIVERSITÁRIO. ATA Nº02/90, Fls.02

015 ontologia; José Gilberto da Cunha Gastal, Diretor da Fa
016 culdade de Direito; Maria Elizabeth Mauer de Salles, Di
017 retora do Conservatório de Música; Antonio Lucas Meleu Go
018 mes, Diretor da Faculdade de Veterinária; Zilma da Costa
019 Tambara, Diretora da Faculdade de Ciências Domésticas ;
020 Wanderlei Rospide da Motta, Diretor da Faculdade de Medi
021 cina; Florismar de Oliveira Thomaz, Diretor da Escola-
022 Superior de Educação Física; Céres Maria Torres Bonatto,
023 Diretora da Faculdade de Educação; Ângela Maria Sinott
024 Rocha Gonzales, Diretora do Instituto de Letras e Artes;
025 João Nelci Brandalise, Diretor do Instituto de Biologia;
026 José Rubens Silveira Acevedo, Diretor do Instituto de Ciên
027 cias Humanas; Cleusa Iara Albernaz Morga, Diretora do Ins
028 tituto de Física e Matemática; Jorge Luiz Martins, Dire
029 tor do Instituto de Química e Geociência; Maria Amélia
030 Soares Dias da Costa, Diretora do Instituto de Sociolo
031 gia e Política; Darcy Pegoraro Casarin, Diretor da Facul
032 dade de Meteorologia; Claudio Mairan Brazil, Diretor da
033 Faculdade de Enfermagem e Obstetricia; Eurico Guimarães
034 Castro Neves, Diretor da Faculdade de Engenharia Agríco
035 la; Paulo Afonso Rheingantz, Diretor da Faculdade de Ar
036 quitetura e Urbanismo; Marli Costa dos Santos, Diretora
037 da Faculdade de Nutrição; José Leonel da Luz Antunez, Di
038 retor do Conjunto Agrotécnico Visconde da Graça; Paulo
039 Silveira Junior, Representante dos Professores Titulares;
040 Morena Pinto Peters, Representante dos Professores Adjun
041 tos; Luiz Fernando Carmargo Veronez, Representante dos
042 Professores Auxiliares; Gastão Coelho Pureza Duarte, Re
043 presentante do COCEPE; Hilda Costa Acevedo, Representan
044 te do COCEPE; Bel. Luiz Osório Rocha dos Santos, Pró-Rei
045 tor Administrativo; Dr. Antonio Carlos Mazza Leite, Re
046 presentante Comunitário; Acadêmicos Diogo Joel Demarco,
047 Sinval Vicenzi, André Elói Benvegnú, Neimar de Oliveira
048 Lima, Angelo Elocir Zenzi e Paulo Daniel Araujo Benito,
049 Representantes Discentes, e a Representante dos Servido
050 res Técnico-Administrativos, Tânia Mara Cabreira. Foi jus
051 tificada a ausência do Representante dos Professores As-

CONSELHO UNIVERSITÁRIO. ATA Nº02/90, Fls.03

052 sistentes, Professor Renato Oswaldo Fleischmann. Consta-
053 tando haver número legal de presenças o Sr. Presidente-
054 abriu os trabalhos fazendo inicialmente a sua saudação,
055 em nome deste Conselho, a nova representante dos servido
056 res técnico-administrativos, funcionária Tânia Mara Ca-
057 brera. Referiu logo a seguir haver justificado também a
058 sua ausência à presente sessão o Professor Platão Louza-
059 da Alves da Fonseca, por motivo de viagem. Abordando, es
060 pecificamente, a pauta, declarou que esta, conforme cons
061 tara da Convocação previamente encaminhada, contemplava-
062 um único assunto, porém, de larga repercussão no meio u
063 niversitário em geral, concernente à repercussão do Artº
064 246 do Decreto 99.180/90 nas Instituições Federais de En
065 sino Superior, modificado pelo Artº 7º do Decreto N. ...
066 99.235/90, e alternativas de encaminhamento. Fez, então,
067 um breve apanhado da situação da Universidade desde o i-
068 nício da atual administração, citando algumas medidas de
069 caráter saneador adotadas, dentre as quais a não utili-
070 zação de carros oficiais de representação, não aproveita
071 mento em cargos comissionados de pessoas estranhas ao qua
072 dro de pessoal da Instituição, além de outras funções gra
073 tificadas não preenchidas, tudo dentro dos melhores prin
074 cípios de absoluta austeridade no uso escrupuloso do di-
075 nheiro público. Ademais, foram criados novos cursos, mul
076 tiplicados os projetos de pesquisa e de extensão, amplia
077 do o relacionamento com os municípios vizinhos, gerando,
078 com isso, um valioso potencial de realizações conjuntas
079 também nas áreas de pesquisa e extensão, preenchendo-se,
080 assim, plenamente as finalidades precípua das universi-
081 dades. Tais declarações avultam em significado tendo em
082 vista a imperiosa necessidade de mostrar à sociedade, mor
083 mente nesta ocasião em que as críticas às universidades
084 públicas vêm recrudescendo, a inestimável contribuição
085 dessas instituições no processo de desenvolvimento da Na
086 ção. Prosseguindo, o Professor Amílcar Gigante relatou
087 as tratativas desenvolvidas ao longo dos últimos dias en
088 volvendo a decisão do governo federal de efetuar alguns

CONSELHO UNIVERSITÁRIO. ATA Nº02/90, Fls.04

089 cortes na esfera das universidades públicas. Semana pas-
090 sada, continuou o Magnífico Reitor, convocado que foi,
091 participou de uma reunião conjunta dos Reitores com os
092 Srs. Ministro da Educação e Secretário da Administração,
093 quando foi iniciada a discussão em torno do assunto. Do
094 mesmo resultou a posição de não aceitar cortes lineares
095 nem critérios envolvendo a estabilidade ou não de funcio-
096 nários, eis que as Universidades possuem peculiaridades
097 que as distinguem do serviço público como um todo, não ca-
098 bendo impor-lhes, por conseguinte, soluções genéricas. Es-
099 te posicionamento foi ulteriormente passado ao Sr. Minis-
100 tro pelo Reitor Eduardo José Pereira Coelho, Presidente
101 do Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras -
102 CRUB, conforme Telex feito anexar à convocação da presen-
103 te sessão. Por igual, pronunciaram-se nesse sentido os
104 Reitores das Federais, na pessoa do Professor Edilberto
105 Ramos Cavalcanti de Albuquerque Jr., Reitor da Universi-
106 dade Federal Fluminense, Representante das IFES no Dire-
107 tório Executivo do CRUB, de conformidade com mensagem con-
108 tida no Telex que também teve sua cópia enviada agora aos
109 srs. Conselheiros. Por último, participou o Reitor de u-
110 ma reunião convocada pelo Sr. Ministro da Educação dos
111 Reitores do Rio Grande do Sul e que teve lugar em Porto
112 Alegre dois sábados atrás, quando afirmou aquela autori-
113 dade, a título de sugestão, que os cortes nos gastos das
114 instituições de ensino superior poderiam dar-se, inclusi-
115 ve, através de processos tais como o enxugamento da sua
116 estrutura administrativa, mediante a redução de funções
117 comissionadas e alterações em regimes de trabalho do pes-
118 soal docente. Como último elemento informativo foram re-
119 feridas pela Presidência as reuniões feitas pelos segmen-
120 tos docente e técnico-administrativo, quando também es-
121 tes posicionaram-se a respeito do assunto. Essas, em sín-
122 tese, as informações que julgava pertinentes e do seu de-
123 ver passar aos srs. Conselheiros nesta oportunidade. Con-
124 cluída esta breve explanação o Professor Reitor comuni-
125 cou ao plenário que o Professor Luiz Paiva Carapeto, Pre

JA

CONSELHO UNIVERSITÁRIO. ATA Nº02/90, Fls.05

126 sidente da Associação dos Docentes da Universidade Fede-
127 ral de Pelotas - ADUFPel, havia solicitado previamente
128 autorização à Presidência do Conselho para, em nome dos
129 corpos docente, técnico-administrativo e discente, vir pe-
130 rante este foro transmitir o pensamento desses segmentos
131 da UFPel a respeito da magna questão decorrente da nova
132 filosofia administrativa pretendida pelo governo para o
133 País. Nesses termos solicitava, na forma regimental, au-
134 torização para que o aludido professor pudesse expor a-
135 quella posição, a qual foi concedida. Convidado, adentrou
136 então, na Sala de Reuniões aquele professor que, fazendo
137 anteceder ao seu pronunciamento, externou ao Magnífico Re-
138 tor, ao Sr. Professor Vice-Reitor e aos demais Conselhei-
139 ros, o seu emocionado reconhecimento pela oportunidade
140 que lhe foi oferecida de assomar a essa tribuna como e-
141 missário da comunidade universitária e ressaltou o espí-
142 rito democrático que preside este Conselho. Logo a se -
143 guir passou a proferir a sua mensagem, consubstanciada -
144 nos seguintes termos: "ADUFPel - ASUFPel - DCE UFPel. Ao
145 CONSELHO UNIVERSITÁRIO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS. EM DEFE-
146 SA DA UNIVERSIDADE PÚBLICA E GRATUITA. DEMISSÕES, CORTES DE SALÁ-
147 RIOS, A LÓGICA DO GOVERNO COLLOR DE MELLO. Desmentindo declarações
148 anteriores, o Ministro da Educação reuniu os Reitores da IFES no dia
149 14 de maio para determinar a implementação naquelas Instituições ,
150 do objetivo governamental de redução em 30% do gasto em pessoal. Tra-
151 ta-se de concretizar, no campo da Educação Superior, a propalada -
152 'Reforma Administrativa' e combater o deficit público da União - diz
153 diz o Governo. As Entidades representativas dos três segmentos uni-
154 versitário já haviam previsto, desde há muito, as conseqüências de
155 sastroas que a pretendida 'Reforma' poderia assumir para o servi-
156 ço público em geral, sobretudo, na Educação pública e em outras a-
157 reas de intervenção estatal, como a Saúde, por exemplo. Sob o pre-
158 texto de 'enxugar' e 'modernizar' a máquina estatal, Collor de Mel-
159 lo pretende a transferência de parte substancial do patrimônio pú-
160 blico para as mãos do capital privado. Sua lógica, derivada de uma
161 ideologia neoliberal, é a da privatização; quer ampliar espaços da
162 acumulação para o capital às custas de empresas públicas e da redu-

A

163 ção dos serviços prestados pelo Estado à população. A ênfase dada à
 164 redução do déficit público serve como pretexto para a implantação
 165 da lógica acima referida. O déficit é apresentado como resultado da
 166 folha de pagamento da União; elege-se o Servidor Público como res-
 167 ponsável pelo problema. A argumentação governamental não resiste,
 168 contudo, aos fatos: do total de despesas do Tesouro Nacional em -
 169 1989, apenas 22,1% foram derivados da folha de pagamento/encargos so-
 170 ciais. Os encargos da dívida mobiliária federal e serviço das divi-
 171 das interna e externa somaram, juntas, 33,2%. Além da lógica econô-
 172 mica privatizante, Collor de Mello é movido por claro objetivo poli-
 173 tico subjacente. Pretende ferir a inteligência nacional. Demonstra-
 174 -o sua ação deletéria na área da Cultura e da Arte, onde os cortes
 175 de recursos foram imediatos à posse do novo governo. O ATAQUE À UNI-
 176 VERSIDADE PÚBLICA É ATAQUE A UM DOS MAIS IMPORTANTES ESPAÇOS DE MA-
 177 NIFESTAÇÃO DA CONSCIÊNCIA NACIONAL. A política científica e tecnoló-
 178 gica que se pretende implantar no país serve não só à privatização
 179 mas também à internacionalização de nossa economia, e ao reforço,
 180 portanto, de seu caráter dependente e não autônomo. Um dividendo po-
 181 litico adicional, pretendido pelo governo deve ser denunciado: amea-
 182 çando Docentes e Técnicos Administrativos das IFES, busca-se atin-
 183 gir um dos setores mais organizados e combativos dos Servidores Pú-
 184 blicos Federais e enfraquecer a luta geral da categoria. Collor de
 185 Mello que se apresentava como construtor de um 'Brasil Novo' poten-
 186 cializa as ações que marcaram os últimos 26 anos de gestão estatal.
 187 Seu projeto é, no fundamental, o mesmo dos governos militares e do
 188 governo Sarney. Descumprindo mais uma vez promessas de campanha,
 189 Collor tenta impor mudanças ao Serviço Público sem que se estabele-
 190 ça qualquer diálogo com os movimentos sociais organizados e com a
 191 sociedade. A decisão de demitir ou cortar salários é assumida na se-
 192 quência das 'ações de impacto' que caracterizam o estilo Collor de
 193 Mello de manipulação da opinião pública. Ao ameaçar o emprego de a-
 194 tã 30% dos Servidores Públicos Federais, pretende-se ainda escamo-
 195 tear a luta pela reposição das perdas salariais que o 'Plano Collor'
 196 impôs aos trabalhadores. No caso das IFES, sepultar as reivindica-
 197 ções de ampliação de verbas para OCC, expansão do quadro de pesso-
 198 al (com vistas, ao menos, a reposição do contingente que deixou
 199 seu emprego nos últimos dez anos), carreira docente e técnico-admi

H

200 nistrativa digna, entre outras tantas. Como os governantes que o an
201 tecederam, Collor e seu Ministro da Educação omitem o fato de que
202 o país gasta apenas 3,5% de seu PIB com a Educação. Nos países do
203 'Primeiro Mundo' este índice chega a ser 6 ou 7%, tendo atingido a
204 te mais de 10% em época de esforço intensivo para suprir deficiên-
205 cias. Qualquer redução de gastos públicos com a Educação num país-
206 que apresenta as deficiências e as misérias que conhecemos é um cri-
207 me contra o futuro. Não o admitiremos. A COMUNIDADE DA UFPel TOMA
208 POSIÇÃO. A partir da mobilização nacional desencadeada pelas IFES ,
209 a Comunidade acadêmica da UFPel reuniu-se em Assembléia Geral dia
210 21 pp para posicionar-se sobre os últimos ataques do Governo à Uni-
211 versidade Pública e Gratuita. A Assembléia da Comunidade elegeu, ten-
212 do por base as discussões das Assembléias Gerais dos segmentos uni-
213 versitários, os princípios que nortearão o movimento de resistência
214 da Comunidade da UFPel. Deliberou, também, apresentar ao Egrégio Con-
215 selho Universitário tais princípios para que os mesmos sejam endos-
216 sados e que o Representante da UFPel os defenda, de forma intransi-
217 gente, nas reuniões do Conselho de Reitores das Universidades Brasi-
218 leiras. PRINCÍPIOS APROVADOS PELA COMUNIDADE UNIVERSITÁRIA - DEFESA
219 DA UNIVERSIDADE PÚBLICA E GRATUITA; - RESPEITO À AUTONOMIA UNIVER
220 SITÁRIA; - NÃO À PRIVATIZAÇÃO DOS SERVIÇOS PÚBLICOS E DAS ESTATAIS;
221 - NÃO ÀS DEMISSÕES; - DEFESA DA MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA UNIVER
222 SIDADE, INCLUSIVE PREVENDO AMPLIAÇÃO NO SENTIDO DE ATENDER AO SEU
223 COMPROMISSO SOCIAL; - GARANTIA DE CUMPRIMENTO DA CONSTITUIÇÃO E DA
224 LEGISLAÇÃO EM VIGOR; - GARANTIA DA ISONOMIA SALARIAL; - NÃO À REDU
225 ÇÃO SALARIAL; - POLITICA SALARIAL ÚNICA PARA TODOS OS TRABALHADORES.
226 Pelotas, 22 de maio de 1990. ADUFPel - ASUFPel - DCE-UFPel". Conclu-
227 ida a leitura o dirigente da associação docente agrade-
228 ceu e retirou-se do recinto quando, então, o Sr. Presi-
229 dente da Sessão colocou a palavra à disposição do plená-
230 rio. O Professor Adair Stefanello Busato solicitou a pa-
231 lavra, afirmando desejar propor que o Conselho Universi-
232 tário aprovasse integralmente o artigo publicado pela As-
233 socição dos Docentes tendo em vista representar ele o
234 pensamento da comunidade universitária, eis que foi exaus-
235 tivamente debatido por todos os segmentos da Instituição.
236 O Professor Paulo Afonso Rheingantz afirmou que também

[Handwritten signature]

CONSELHO UNIVERSITÁRIO. ATA Nº02/90, Fls.08

237 na sua unidade essa problemática foi discutida em uma as
238 semblêia de seus professores, funcionários e alunos, ha-
239 vendo em tal oportunidade um posicionamento veemente em
240 defesa dos interesses da Universidade, coincidente, em
241 grande parte, com a postura adotada pela ADUPPel. A Pro
242 fessora Morena Pinto Peters teceu sérios comentários a
243 respeito do momento vivenciado pela educação em nosso país
244 que, em seu entender, se encontra em crise. Fez referên-
245 cia à reforma universitária implantada há alguns anos a
246 qual, no entanto, não ensejou oportunidade a que se che
247 gasse a um estágio de desenvolvimento satisfatório, par-
248 ticularmente em termos de equipamentos, laboratórios, ins
249 talações, etc., sucedendo, assim, que a geração do saber
250 - pedra angular da universidade - se processe dentro das
251 condições mínimas desejáveis. Relembrou os tempos que pre
252 cederam a aludida reforma, quando se dispunha de boas fa
253 culdades, escolas, com cursos de excelente padrão, prepa
254 rando profissionais capacitados. Urge, assim, que ocorra
255 uma reforma que verdadeiramente transforme tudo isso, re
256 vertendo tão aflitiva situação. Usando a palavra a Pro-
257 fessora Maria Isabel Cunha disse que liminarmente coloca
258 va-se a favor da mensagem lida em plenário, e bem assim
259 tinha presente as manifestações dos conselheiros que a
260 tinham precedido. Não obstante sua posição de apoio ao
261 movimento entende que é imprescindível ter-se um discur-
262 so que encaminhe concretamente alternativas de soluções
263 que conduzam a um novo projeto de universidade. Impõe-se,
264 no seu pensamento, que medidas como as que foram mencio
265 nadas pelo Professor Amílcar Gigante e já adotadas no â
266 mbito da Universidade sejam alinhadas também em um docu -
267 mento próprio que mostre claramente que esta não se acha
268 furtando-se a fazer uma análise crítica do seu traba-
269 lho, da sua ação. Dessa maneira estaremos conferindo ob
270 jetividade às questões e encontrando mais facilmente as
271 soluções desejadas, a par de mostrarmos à sociedade o tra
272 balho que estamos desenvolvendo. Devemos entender que ao
273 travarmos discussões que envolvem a estrutura administra

274 tiva de nossa Instituição, sua organização acadêmica ,
 275 seus projetos de pesquisa, a estamos repensando com vis
 276 tas à torná-la mais sólida e eficiente. Quando o Conse-
 277 lho Coordenador do Ensino, da Pesquisa e da Extensão, em
 278 conjunto com a Comissão Permanente do Pessoal Docente de
 279 envolvem estudos objetivando encontrar formas e crité-
 280 rios que permitam chegar-se à fixação de um número de va
 281 gas de docentes absolutamente consentâneo com as reais
 282 necessidades, esta mesma Instituição está desenvolvendo-
 283 importante trabalho no sentido de incrementar o seu adi
 284 antamento, o seu progresso. Quando as Pró-Reitorias de
 285 Graduação e Assistência, de Pesquisa e Pós-Graduação, e,
 286 de Extensão, realizam um aprofundado estudo a que deno-
 287 minam de "Projeto Pedagógico", avaliando os seus cursos
 288 de graduação e de pós-graduação e as metas na área de ex
 289 tensão, buscando aproximarmo-nos do princípio de que a u
 290 niversidade pública tem que estar inteiramente comprome-
 291 tida com o coletivo, nós estamos procedendo uma avalia -
 292 ção institucional de alta significação. Quando o Depart
 293 mento de Pessoal investiga a situação da força de traba-
 294 lho na Universidade, com o propósito de atingir uma si-
 295 tuação mais racional e de maior operosidade, outro obje
 296 tivo não tem que não o de melhorar a nossa estrutura ad-
 297 ministrativa e de otimizar os resultados. Tudo isso, em
 298 essência, se constitui em respostas que a universidade
 299 dá à sociedade, mostrando-lhe que não está inerte ante os
 300 angustiantes problemas por que passamos. Deve, pois, nos
 301 sa Universidade, em contraposição às severas críticas que
 302 lhe são imputadas - e não só a ela, mas às universidades
 303 públicas de um modo geral - , sobretudo nos últimos tem
 304 pos, arrolar os seus feitos, o seu árduo trabalho de gran
 305 de significação social, e a sua disposição permanente - a
 306 té mesmo pela sua essência - de reavaliar o seu papel co
 307 mo instituição social, que só não aceita pressões desca
 308 bidas que tentam impor-lhe uma política que não se coadu
 309 na com a perspectiva democrática do ensino público e gra
 310 tuito. Falando a seguir, o Acadêmico Diogo Joel Demarco

CONSELHO UNIVERSITÁRIO. ATA Nº02/90, Fls.10

311 afirmou que a sua intervenção tem em mira reforçar as pa
312 lavras da Professora Maria Isabel Cunha neste momento em
313 que se trava uma luta de resistência às investidas do go
314 verno contra o ensino público. No seu entendimento o go
315 verno encontra-se perdido em relação ao processo de reor
316 denamento da sociedade pretendendo, em nome de uma con
317 cepção de desenvolvimento que não é clara, responsabiliz
318 ar as universidades diante do quadro de desajuste do -
319 País. Não há de ser através da prestação direta de servi
320 ços, por intermédio dos hospitais universitários ou ou
321 tros setores daquelas instituições que irá medir-se a sua
322 importância. Antes, deve-se levar em conta o seu compro
323 metimento total com a sociedade, na geração do saber, no
324 campo da investigação científica, na erradicação de pro
325 blemas de transporte coletivo, de saneamento, de urbaniza
326 ção, do campo, etc., que cronicamente afligem a popula
327 ção brasileira. Este, em suma, o seu entendimento. Mani
328 festou-se após o Professor Florismar Thomaz, que afirmou
329 ter ficado bem nítido, na assembléia conjunta dos três
330 segmentos da Universidade na data de ontem, que o proble
331 ma atualmente vivenciado pelas universidades não é somen
332 te conjuntural; é também estrutural. Significa isto que
333 o governo não investe em tais instituições como deveria
334 fazê-lo mas, contrariamente, corta, enxuga, já que quer
335 construir um outro modelo de universidade que não é, se
336 guramente, o que se está - dentro dela - tentando cons
337 truir nos últimos anos. Como imagem do que pretende o go
338 verno é válido recuar no tempo e fixar-se na Revolução
339 Burguesa, quando um de seus intelectuais de maior expres
340 são preconizava a existência de dois tipos de escolas: as
341 grandes, que se destinavam às classes populares, e as pe
342 quenas escolas, para os filhos das elites, aqueles que
343 seriam os dirigentes do Estado. Bem caracteriza este qua
344 dro que a educação não é uma ilha no contexto social, i
345 mune à ação do estado. Percebe-se claramente que o siste
346 ma econômico predominante é que determina o tipo de edu
347 cação. Por tudo isso não se pode encarar as investidas -

348 contra as universidades como um fato meramente conjuntu-
349 ral, eis que a postura governamental evidencia claramen-
350 te o modelo de sociedade que está sendo tentado impor ao
351 País, não diferenciando-se o governo atual dos demais que
352 o antecederam nesses últimos, aproximadamente, 20 anos ,
353 que sempre perseguiram a idéia de implantar o modelo de
354 ensino e de universidade previsto no acordo MEC/USAID e,
355 também, de acordo com o que se contem no Projeto GESA ,
356 que vêem a educação como mercadoria e a universidade como
357 um espaço a ser gerenciado de maneira econômica, levando
358 -a a gerar recursos próprios, modelo esse de educação de
359 molde a servir ao sistema econômico que se desenvolve no
360 mundo inteiro. É bem verdade que a universidade pública
361 apresenta hoje sérias distorções, porém, nem por isso se
362 pode pretender um resultado positivo imediato, o que se-
363 ria absolutamente enganoso. Ano após ano os recursos fi-
364 nanceiros de que dispõem as universidades vêm diminuindo,
365 o que, por sí só, explica muito das mazelas dessas insti-
366 tuições. Engana-se quem imagina que a luta hoje travada
367 tem como propósito defender interesses classistas, de pro-
368 fessores, funcionários; trata-se de algo muito mais pro-
369 fundo: o desejo de construir um novo modelo que certamen-
370 te não é o que se tem hoje e sim o que se tem procurado
371 organizar e que tem como exemplo mais próximo a atual ad-
372 ministração de nossa Universidade, que busca portodos os
373 meios imprimir um novo sentido de administração, que se
374 opõe radicalmente ao modelo adotado pelo governo, que é
375 um modelo de privatização e nunca aceitando a figura da
376 universidade pública. Não se tem a presunção de que a u-
377 niversidade, isoladamente, irá modificar a sociedade ,
378 mas que se tenha presente: como um de seus principais seg-
379 mentos muito tem a contribuir no processo de transforma-
380 ção que se impõe. Luta-se, finalmente, pela instauração
381 de um processo pedagógico novo, de renovação, de reden-
382 ção. Pronunciou-se após o Professor Moacir Cardoso Elias
383 que disse ter indagado ao Professor Adair Busato, quando
384 da intervenção deste, se a proposta por ele apresentada-

CONSELHO UNIVERSITÁRIO. ATA Nº02/90, Fls.12

385 em relação à aprovação do documento preparado pela comu-
386 nidade universitária previa a sua aprovação na íntegra .
387 O sentido da pergunta então formulada centrava-se no fa
388 to de que a juízo seu (Professor Moacir Elias) expressa
389 ele situações muito claras, reais, achando-se bem redigigi
390 do sob o ponto de vista filosófico, dentro de uma linguaua
391 gem bem lógica. Entretanto, a questão se afigurava a es-
392 se Conselheiro sob um prisma mais fático, diante da situtu
393 ação originada na determinação do governo de proceder -
394 cortes também nos gastos das universidades. Entende o ProPro
395 fessor Moacir Elias que sem dúvida não se deve admitir corcor
396 tar pessoal, não concordando, mesmo, com tal idéia. La-
397 mentavelmente o governo fez uma fotografia do momento u
398 niversitário e em cima dela tomou uma decisão quando, na
399 realidade, pretendia-se que, ao invés, fosse realizado um
400 filme revelando a fundo a universidade pública. Porém, papa
401 ra nós, internamente, é possível montar esse filme , já
402 que possuímos elementos para assim proceder. E, em o fa
403 zendo, devemos mostrar à sociedade e ao governo o trabatraba
404 lho desenvolvido pela universidade. Alguns dados de que
405 dispomos permitem-nos fazer algumas reflexões. Temos, por
406 exemplo, que no corpo administrativo vimos convivendo -
407 com uma defecção de cerca de 52 pessoas, conforme foi nono
408 ticiado, contudo, em 1985, saíamos às ruas bradando o em
409 preguismo que ocorria na UFPel. Denunciáva-mos, também ,
410 uma série de situações com as quais não concordáva-mos .
411 Impõe-se, agora, pois, que mostremos o trabalho que de-
412 senvolvemos, tudo o que realizamos em proveito da socie-
413 dade que, por vezes mal informada, desconhece o verdadeidei
414 ro papel da universidade. Afirmou aquele Conselheiro que
415 sairia bastante frustrado da reunião se o Conselho achasachas
416 se bastante aprovar o documento que lhe foi submetido. EnEn
417 tende que embora se encontre bem redigido, como já afirafir
418 mou anteriormente, contém, nos princípios nele enumera -
419 dos, razões que em certos momentos são muito genéricas e,
420 em outros, rigorosamente específicas, situação essa que
421 ensejaria dispuséssemos-nos a aprimorar o documento. A-

A-
A

422 liãs, finalizou, é o que propõe para ser feito na presenç
423 te reunião. O Professor Luiz Henrique Schuch manifestou-
424 -se afirmando que em seu entendimento este é um momento
425 intermediário na abordagem deste polêmico assunto desen-
426 cadeado pelo governo. O que se tem de concreto, momentâ-
427 neamente, é o "Plano Collor" de enxugamento da máq
428 administrativa, com sérios reflexos na universidade pú-
429 blica, e, de outro lado, o trabalho elaborado e que tem
430 por base o posicionamento dos três segmentos da Universid
431 dade. De tal maneira, continuou o Professor, que faz-se
432 necessário votar este documento que, em sendo aprovado -
433 pelo Conselho, será levado à Brasília pelo Magnífico Reit
434 tor, o qual, em encontro nacional dos Reitores, externar
435 rá a postura de nossa Universidade frente à questão e col
436 lherá também o pensamento das demais instituições, que se
437 rá transmitido quando da continuação desta sessão aos srs.
438 conselheiros, podendo destarte o Conselho aprofundar-se
439 mais na discussão da matéria. O Representante Discente
440 Paulo Daniel Araujo Benito manifestou-se após, afirmando
441 que inicialmente era seu pensamento que a estrutura admin
442 nistrativa devesse ser enxugada. Hoje, ante o quadro de
443 dificuldades observado em relação às universidades, refut
444 ta tal conduta, por entender que não cabem cortes na es-
445 trutura da universidade pública mas, isto sim, cumpre incr
446 crementar as atividades por essas desenvolvidas, de form
447 ma a atenderem, efetiva e preponderantemente, as classes
448 menos favorecidas da população, o que poderá dar-se, até
449 mesmo, através da oferta, como já referido neste Conselho,
450 de cursos noturnos, aumentando sensivelmente a participaç
451 ção das mesmas no processo de desenvolvimento social. Us
452 sou após a palavra o Bel. Luiz Osório Rocha dos Santos,
453 dizendo ter sido sempre a universidade quem propôs ao gov
454 verno formas e meios de melhorar o seu desempenho rece-
455 bendo, em contrapartida, manifestações de desestímulo de
456 parte das autoridades governamentais para os seus renovam
457 dos projetos de desenvolvimento, o que tem determinado a
458 gradual perda da capacidade de atuação dessas institui -

459 ções. O que ocorre hoje, por força desta política retró-
460 grada, é o sucateamento da universidade pública, determi-
461 nado pelos reiterados cortes que historicamente vêm se
462 sucedendo em relação às dotações orçamentárias das uni-
463 versidades em geral. Isto posto, não condiz o discurso do
464 governo com o seu comportamento nesse particular, care-
465 cendo-lhe autoridade para cobrar os cortes pretendidos ,
466 que, seguramente, não irão permitir sejam resgatados os
467 problemas do País. Em seqüência, interveio o Professor
468 Florismar de Oliveira Thomaz, fazendo algumas colocações
469 acerca do tipo de sociedade que temos, cheia de contradi-
470 ções e desigualdades, na qual as pessoas estão distribuí-
471 das em função do seu poder econômico. Em verdade, nós so-
472 mos fruto da nossa história, encontrando na sociedade ,
473 quando nela ingressamos, as coisas já préestabelecidas ,
474 determinadas, e não como gostaríamos que fossem. Não se
475 pode aceitar, com base nesta concepção, uma posição sim-
476 plista, por muitos aceita, que vê a universidade como um
477 ente apolitico, isento, neutro. Se a universidade públi-
478 ca está repleta de contradições urge que nos esforcemos-
479 para construir um novo tipo de instituição que verdadei-
480 ramente venha ao encontro dos anseios dos legítimos in-
481 teresses da sociedade, ajudando a resgatar seus reais va-
482 lores. Isto, contudo, não conseguiremos realizar senão -
483 gradativamente, através de um trabalho pacencioso e obs-
484 tinado, fundamentado na certeza da necessidade de cons-
485 cientizar a todos das mudanças inevitáveis. Entretanto ,
486 não é essa a vontade do governo; pretende, ao revés, man-
487 ter as atuais condições, sufocando a universidade e impe-
488 dindo-a de cumprir a contento a sua alta destinação so-
489 cial. Assim, ficou bem evidenciado ao cabo das assemble-
490 ias da comunidade universitária que não se deseja nego-
491 ciar cortes, posto que, em função dos poucos recursos que
492 têm sido destinados à educação de um modo geral, não há
493 como abrir mãos de nada para ceder ao governo. Antes, tem-
494 -se que cobrar do mesmo investimentos maiores que cada-
495 vez mais se fazem necessários em áreas como a em que a -
496 tuamos nós, a saúde, transporte, emprego, etc., e não

497 como vem ocorrendo, conferindo prioridade à segurança do
498 sistema, à repressão. A educação, em última instância ,
499 tem que ser vista não como uma mercadoria que se pode com
500 prar, mas como algo que deve situar-se ao alcance de to
501 dos. Por tudo isso, finalizou o professor, deve o Conse
502 lho Universitário aprovar o documento em pauta. Com a pa
503 lavra a Professora Morena Pinto Peters afirmou que, con
504 trariamente ao que havia sido dito momentos atrás neste
505 Conselho, "não faz, nunca fez e jamais fará o jogo do go
506 verno". Disse que o seu compromisso é, em verdade, com a
507 instituição da qual faz parte: a Universidade Federal de
508 Pelotas. Disse que quando levanta alguns aspectos negati
509 vos observados no nosso meio universitário assim procede
510 exclusivamente tendo em vista alcançar o mínimo de condi
511 ções indispensáveis ao desenvolvimento das atividades-
512 básicas de nossa Universidade. Externou que têm sido mui
513 tas as dificuldades encontradas no desempenho de seu mis
514 ter. Lembrou que o homem é um eterno insatisfeito e gra
515 ças à sua inconformidade, a sua vontade de conhecer o des
516 conhecido, ele pesquisa e com isso a ciência avança. A-
517 firmou ainda que sua posição não é contra a aprovação do
518 documento elaborado pela comunidade universitária já que
519 os princípios gerais nele contidos expressam, também, mui
520 to da sua vontade, o seu inconformismo em relação à uni-
521 versidade, porém, nem todos os conceitos ali expendidos
522 estão inteiramente de acordo com o seu pensamento. Con-
523 cluiu dizendo que todos estamos de acordo hoje que a es
524 trutura educacional encontra-se grandemente abalada, tor
525 nando-se indispensável que esforcemo-nos por contruir u-
526 ma nova universidade, no que divergimos, apenas, quanto-
527 a maneira de fazê-lo. Com a palavra o Professor José Gil
528 berto da Cunha Gastal registrou que da leitura do docu-
529 mento pôde observar constarem no mesmo algumas questões
530 que extrapolam, a seu juízo, a competência deste Conse-
531 lho, como, por exemplo, enfoques sobre a política geral
532 esposada pelo governo, a condução dos negócios na esfera
533 administrativa, a política salarial. Julga pertinente ,

534 sem dúvida, que as entidades de classes, sindicatos, par
535 tidos políticos, enfim, órgãos próprios de representação
536 externem a posição dos grupos que congregam, numa análi-
537 se crítica altamente benéfica para o aprimoramento da so-
538 ciedade. Nesse sentido, nada obsta que o Sr. Reitor ve-
539 nha colocar perante o Conselho Universitário um documen-
540 to que passou pelo julgamento de uma assembléia universi-
541 tária, como reflexo do pensamento da comunidade. Porém,
542 não necessariamente tal manifestação há de coincidir em
543 toda a sua amplitude com a posição deste Órgão como tal.
544 Nesse sentido, entende que o texto introdutório do docu-
545 mento que contem um enfoque crítico à politica geral do
546 governo exorbita da postura que o Conselho deve tomar,
547 razão pela qual propõe que este Órgão aprove, no documen-
548 to, os princípios expressos com excessão do terceiro e úl-
549 timo, com a recomendação de que o Sr. Reitor enfatize na
550 ocasião de suas tratativas em Brasília, os sacrifícios -
551 da Universidade para atingir os seus objetivos, mas que,
552 respeitados os princípios de autonomia universitária, não
553 se furta ela de seguir auto-analisando-se de forma a in-
554 crementar as suas atividades de ressonância social e bus-
555 cando a racionalização dos gastos do dinheiro público. Co-
556 mo última manifestação em torno da matéria falou o aluno
557 Sinval Vicenzi, que iniciou dizendo constatar-se que a-
558 tualmente ataca-se violentamente a universidade pública
559 pelo caos em que se encontra mergulhada, mas pouco se fa-
560 la sobre as causas que estão a determinar tal situação.
561 Há anos a sociedade civil não participa das decisões a-
562 figurando-se para ele (Ac. Sinval) este fato como a pri-
563 meira e certamente a principal causa do problema. O prô-
564 prio presidente da República acena com um país novo, po-
565 rém, é o primeiro a atropelar a Constituição. Dessa for-
566 ma - arrematou o Conselheiro - a sua posição é de não ne-
567 gociar nenhum corte já que estes têm sido constantemente
568 introduzidos no orçamento das universidades, lembrando
569 também que o documento em discussão na verdade não foi a
570 provado somente por ocasião da realização da última as-

[Handwritten mark]

571 semblêia universitária mas, sim, vem recebendo o mais ir
572 restrito e amplo apoio ao longo da luta travada nesses
573 últimos anos pelo movimento universitário. Esgotados os
574 debates e tendo em vista que as proposições inicialmente
575 formuladas pelos professores Moacir Cardoso Elias e More
576 na Pinto Peters foram retiradas, restou então para ser
577 colocado em votação o documento apresentado pelos três
578 següimentos da Universidade, o que acontecendo, permitiu
579 observar-se o seguinte resultado: 28 (vinte e oito) con
580 selheiros aprovaram o documento em sua íntegra, sem pre-
581 juízo de que seja burilado quanto à alguns aspectos for
582 mais apontados no transcórre da sessão, havendo 9 (nove)
583 votos contrários, chancelando, com essa votação, o Conse
584 lho Universitário, a decisão emanada da assemblêia conjun
585 ta dos corpos docente, discente e técnico-administrativo.
586 O Professor Amilcar Gigante em breve pronunciamento refe-
587 riu o alto significado daquele momento, na medida em que
588 reflete mais este avanço no processo de democratização da
589 Universidade, em que cada vez mais, nos mais diversos fo
590 ros, dentro da instituição e extramuros, um número sem-
591 pre crescente de pessoas preocupa-se com os seus proble-
592 mas, com a sua atuação, concorrendo decisivamente para o
593 seu aprimoramento e ao da sociedade que nos cabe constru
594 ir. Usando ainda a palavra o Professor Luiz H. Schuch so
595 licitou a atenção dos presentes por um instante mais, pa
596 ra ressaltar que não obstante algumas manifestações em
597 contrário no tocante à certos conceitos produzidos no do
598 cumento feito preparar pela Comunidade Universitária, os
599 princípios nele contidos mereceram a mais ampla e unâni-
600 me aprovação do Conselho, o que confere ao Magnífico Rei
601 tor uma posição confortadora na discussão do assunto pe-
602 rante as autoridades governamentais. Nada mais tendo pa
603 ra tratar o Sr. Presidente deu por encerrados os traba
604 lhos, quando agradeceu a presença de todos. Aos vinte e
605 nove dias do mês de maio do ano de mil novecentos e no-
606 venta, no horário das nove horas, no Salão Nobre da Fa-
607 culdade de Agronomia Eliseu Maciel foi dada continuidade

CONSELHO UNIVERSITÁRIO. ATA Nº02/90, Fls.18

608 à sessão levada a efeito no dia vinte e dois do corrente
609 mês do Conselho Universitário da Universidade Federal de
610 Pelotas, sob a presidência do Professor Amílcar Goyheneix
611 Gigante, Magnífico Reitor, a qual, neste segundo momen-
612 to, contou com a presença dos seguintes conselheiros: Pro
613 fessores Luiz Henrique Schuch, Vice-Reitor; Sérgio Rober-
614 to Martins, Maria Isabel da Cunha e Aldyr Garcia Schlee,
615 respectivamente Pró-Reitores de Pesquisa e Pós-Graduação,
616 de Graduação e Assistência, e de Extensão; Moacir Cardo-
617 so Elias, Diretor da Faculdade de Agronomia Eliseu Ma -
618 ciel; Adair Stefanello Busato, Diretor da Faculdade de O
619 dontologia; José Gilberto da Cunha Gastal, Diretor da Fa
620 culdade de Direito; Maria Elizabeth Mauer de Salles, Di-
621 retora do Conservatório de Música; Antonio Lucas Meleu -
622 Gomes, Diretor da Faculdade de Veterinária; Zilma da Cos
623 ta Tambara, Diretora da Faculdade de Ciências Domésticas;
624 Wanderlei Rospide da Motta, Diretor da Faculdade de Medi
625 cina; Florismar de Oliveira Thomas, Diretor da Escola Su
626 perior de Educação Física; Egon A. Michels, Vice-Diretor
627 da Faculdade de Educação; Ângela Maria Sinott Rocha Gon
628 zales, Diretora do Instituto de Letras e Artes; João Nel-
629 ci Brandalise, Diretor do Instituto de Biologia; Cleusa
630 Iara Albernaz Morga, Diretora do Instituto de Física e Ma
631 temática; Jorge Luiz Martins, Diretor do Instituto de Qui
632 mica e Geociência; Maria Amélia Soares Dias da Costa, Di
633 retora do Instituto de Sociologia e Política; Darci Pego
634 raro Casarin, Diretor da Faculdade de Meteorologia; Clau-
635 dio Mairan Brazil, Diretor da Faculdade de Enfermagem e
636 Obstetria; Eurico Guimarães Castro Neves, Diretor da Fa
637 culdade de Engenharia Agrícola; Paulo Afonso Rheingantz,
638 Diretor da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo; Marli
639 Costa dos Santos, Diretora da Faculdade de Nutrição; Jo-
640 sé Leonel da Luz Antunez, Diretor do Conjunto Agrotécni-
641 co Visconde da Graça; Paulo Silveira Junior, Representan-
642 te dos Professores Titulares; Morena Pinto Peters, Repre-
643 sentante dos Professores Adjuntos; Renato Osvaldo Fleis-
644 chmann, Representante dos Professores Assistentes; Luiz

CONSELHO UNIVERSITÁRIO. ATA Nº02/90, Fls.19

645 Fernando Camargo Veronez, Representante dos Professores
646 Auxiliares; Gastão Coelho Pureza Duarte, Representante do
647 COCEPE; Hilda Costa Acevedo, Representante do COCEPE; Bel.
648 Luiz Osório Rocha dos Santos, Pró-Reitor Administrativo,
649 e os acadêmicos Angelo Elocir Zeni, Diogo Joel Demarco,
650 Sinval Vicenzi, André Elói Benvegnú e Paulo Daniel A. Be
651 nito, Representantes Discentes, assim como a Assistente
652 em Administração Tania Mara Cabreira, Representante dos
653 Servidores Técnico-Administrativos. Constatada a existên
654 cia de quorum o Sr. Presidente deu por iniciados os tra-
655 balhos, afirmando inicialmente ter cometido um engano na
656 oportunidade da última sessão, o que ensejou repercussões.
657 Era sua intenção, naquele dia, propor que o Conselho se
658 considerasse em reunião permanente, o que facilitaria es
659 ta nova convocação e concorreria para que a Presidência
660 não tivesse de desculpar-se pelo fato de não ter-se a a-
661 ta pronta para análise e aprovação. De sorte que, consi
662 derando agora a situação que se acha delineada em fun-
663 ção da problemática atual envolvendo as universidades ,
664 propõe então que em estando todos de acordo consideremo-
665 -nos em reunião de caráter permanente a contar da data de
666 vinte e dois do corrente, tendo presente, ainda, que lo-
667 go em seguida teremos necessidade de reunirmo-nos nova-
668 mente. Relatou, após, sua última viagem a Brasília, quan
669 do participou da Reunião do Conselho de Reitores das Uni
670 versidades Brasileiras - CRUB para tratar da situação
671 das Instituições Federais de Ensino Superior - IFES ante
672 a nova política do governo federal. Fez lembrar que das
673 deliberações tomadas foi dada ciência aos srs. Conselhei
674 ros e diretores de unidades, conforme Telex cuja cópia-
675 lhes foi enviada. Com base, então, no que ficou decidido
676 na primeira parte da presente reunião e de acordo também
677 com as tratativas levadas a efeito a nível do CRUB, a ad
678 ministração de nossa Universidade preparou um documento-
679 que somente agora pudera finalizar e dar a conhecer aos
680 membros deste Conselho o seu teor. Solicitava, desse mo-
681 do, a atenção de todos para a leitura que do mesmo passa

CONSELHO UNIVERSITÁRIO. ATA Nº02/90, Fls.20

682 ria a fazer, encarecendo que, uma vez havendo qualquer
683 dúvida do plenário, o interrompessem para aclará-la. "U-
684 NIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS. MANIFESTAÇÃO AO CONSELHO UNIVERSITÁ
685 RIO. 29 de maio de 1990. 'Não serão resolvidos os problemas da edu-
686 cação brasileira e certamente serão agravados os problemas da nação,
687 mutilando a Universidade Pública. Mas é possível transformar a Uni
688 versidade, no dia-a-dia, com a consciência clara do compromisso com
689 o amanhã'. INTRODUÇÃO. Desde há muito vêm as Universidades empenhan
690 do-se no sentido de encontrar no Ministério da Educação o interlecu
691 tor para os grandes temas e as graves preocupações referentes ao en
692 sino superior brasileiro. O ofício que em março último foi enviado-
693 ao Sr. Ministro pelo CRUB constitui uma das mais recentes manifesta
694 ções nesse sentido, em perfeita consonância com numerosas outras an
695 teriores, muitas das quais compartilhadas, de longa data, pela -
696 ANDES, pela FASUBRA e pela UNE. No primeiro encontro entre Reitores
697 e o Ministro Carlos Chiarelli, aquela autoridade propôs-se a discu-
698 tir com o CRUB a definição de uma política educacional para o país.
699 Contudo, nas últimas semanas, a medida que se vem tratando da refor
700 ma administrativa sob o ângulo de sua repercussão sobre as universi
701 dades federais, estão surgindo situações preocupantes e em desacor-
702 do com aquele propósito anteriormente manifestado. As IFES tornam-
703 -se objeto de ataque indiscriminado, pela imprensa, ao mesmo tempo
704 que se divulgam como ameaças medidas drásticas a serem tomadas. As
705 críticas e comentários sobre a universidade revelam-se sem maior -
706 profundidade e, pela forma com que têm sido veiculadas, em nada fa
707 vorecem o estabelecimento do desejável e necessário diálogo. A Uni
708 versidade tem sido atacada por inoperante e incompetente. A compe
709 tência da Universidade tem sido questionada quanto ao cumprimento dos
710 anseios da população. Se, de alguma forma, esse questionamento pos
711 sui seu lado negativo, por provocar desânimo e frustração na comuni
712 dade universitária, tem também seu lado positivo, por permitir uma
713 reflexão contínua e um aperfeiçoamento institucional. Sabe-se, ain-
714 da que apesar deste questionamento, a Universidade tem sido, compro
715 vadamente, o local por excelência onde a pesquisa dos setores públi
716 co e privado têm se desenvolvido, prestando os mais relevantes ser
717 viços na área da ciência e da tecnologia. Por outro lado, é preciso
718 arregimentar esforços no sentido de impedir o discurso simplista da

ly

CONSELHO UNIVERSITÁRIO. ATA Nº02/90, Fls.21

719 inoperância da universidade, sem encarar o crescente descomprometi-
720 mento do poder constituído para com ela. Nada mais próprio para is
721 to do que o esclarecimento popular adequado e a busca de novas al-
722 ternativas internas para responder às exigências sociais contemporã
723 neas. O caminho para a construção da universidade brasileira sô po-
724 derã emergir da contextualização de nossa realidade. Pouco adianta
725 suspirar pelos velhos tempos, assim como é inôcuo esperar condi -
726 ções ótimas para depois produzir. Neste momento temos a Constituí -
727 ção Federal definindo a educação como direito do cidadão e dever
728 do Estado, consagrando a autonomia universitária e a indissociabili
729 dade entre ensino, pesquisa e extensão. E temos, igualmente a tare-
730 fa grande e difícil de buscar o desenvolvimento da Nação. É este o
731 desafio do nosso tempo. Sobre ele teremos que responder às gerações
732 que nos sucederão. Sô o esforço coletivo, porém, nos dará ânimo nes
733 sa caminhada, e a esperança de que as dificuldades não sejam mais
734 fortes do que nós. Julgamos oportuno, pois, que estas considerações
735 e as que seguem sejam formuladas, para discutir a situação atual da
736 universidade e o que dela pretendemos para o futuro. **AFIRMAÇÃO DE**
737 **PRINCÍPIOS CONSENSUAIS.** Na seqllência das tratativas com o Governo
738 Federal, através do Ministério da Educação, o Conselho de Reitores,
739 consolidando manifestações das universidades brasileiras, firmou al
740 guns pontos básicos cujo respeito é condição indispensável para -
741 qualquer entendimento. Tais princípios, além de consensuais entre as
742 IFES, sustentam o feitio daquilo que a Universidade Brasileira pre
743 tende ver implementado na Educação, não se admitindo, em qualquer
744 hipótese, negociã-los. As IFES entendem que serão levadas ao colapso,
745 impreterivelmente, se forem tomadas medidas lineares bruscas, emba-
746 sadas meramente em imperativos econômicos, sem levar em conta espe-
747 cificidades e multiplicidades de projetos. A totalidade das IFES é
748 contra o corte de pessoal ou de salários propostos pelo Governo Fe-
749 deral, por considerar que afetam profundamente a autonomia universi
750 tária e a qualidade das atividades. O Governo Federal acena com de
751 missões e reduções salariais, com vistas à redução do dêficit públi
752 co. Ocorre que os gastos com a Educação atingem tão somente 3,5% do
753 PIB, quando, em países do denominado 'Primeiro Mundo', a cifra che
754 ga ao percentual de 6 a 7%. Demitir ou diminuir salários, portanto,
755 faz com que se perca de vista o fato de economizar, implicando, is-

756 so sim, em mera inviabilização da continuidade de alguns setores e-
757 ducacionais. Ademais, a concretização de tal objetivo governamental
758 fere a autonomia universitária, consagrada constitucionalmente no
759 art. 207 da Carta de 1988. A autonomia pressupõe, também - e obvia
760 mente - a possibilidade da Universidade Brasileira poder conduzir
761 -se consoante seus desideratos, desvinculando-se da centralização
762 administrativa, circunstância que virtualmente fazia com que os pro
763 jetos do Executivo Federal para a Educação pudessem ser efetivados
764 sem a indispensável ouvida democrática das IFES. Defender a autono
765 miá universitária não significa levar avante uma paixão libertária
766 inconseqüente, mas evitar o servilismo reverencial, que pautou as
767 relações das Escolas Superiores Públicas com o governo nas últimas
768 décadas. Assim, não pode haver aceite submisso às intenções do Go-
769 verno Federal, mas, sim, em nome da autonomia que portam as Univer-
770 sidades, deve ser alargado o campo das discussões, até que se che
771 gue a conclusões razoáveis. É sabido, por outro lado, que a maioria
772 das comunidades universitárias têm rejeitado a estrutura e os valo
773 res atuais das FG/FC, bem como o instituto da Gratificação por Pro
774 dutividade de Ensino (GRIFE). Entretanto, a intenção dos movimentos
775 organizados de tais comunidades visa não ao corte de tais valores a
776 penas, sem que se saiba a destinação do montante economizado, mas
777 sim a sua reversão automática à verba de manutenção (OCC) . Quais
778 quer negociações - ressalve-se que são se pode cogitar daquelas que
779 não afrontem os princípios consensuais - deverão ter diretriz ge
780 ral; porêm, qualquer operacionalização, terá que se ater aos limi
781 tes da individualização caso a caso. É igualmente relevante frisar
782 que o império da lei precisa ser mantido, com a observância da Cons
783 tituição Federal, legislação trabalhista e da Lei nº7.596/87 (Lei
784 da Isonomia), dentre as demais normas de nosso ordenamento juridi-
785 co. Não se quer, aqui, ofertar recomendação óbvia, mas evitar que
786 condutas que venham no afã de pôr em prática os objetivos de momen
787 to possam ser tomadas em franco desacatamento à ordem legal. É pre-
788 ciso reivindicar o respeito à relevância social dos Hospitais Uni-
789 versitários e unidades prestadoras de serviços à comunidade, além
790 de todas as formas de atividades extensionistas, na espécie, ou edu
791 cacionais, no gênero. Não é admissível que quaisquer prejuízos ve-
792 nham a ser acarretados contra o ensino, a pesquisa e a extensão - a

W

CONSELHO UNIVERSITÁRIO. ATA Nº02/90, Fls.23

793 *tingindo inclusive sua constitucional indissociabilidade - através*
794 *de demissões e reduções salariais. Também não parece crível que se*
795 *altere a estrutura pessoal e salarial das IFES gerando inomináveis*
796 *custos sociais, pois, no caso dos Hospitais e das unidades presta-*
797 *doras de serviços, a comunidade em geral é que sofreria mais aguda*
798 *mente os reflexos de uma politica que, se não é perjurosa por pre*
799 *meditação, também não se qualifica por ingénua. DEFESA DA UNIVERSI-*
800 *DADE PÚBLICA. Mesmo que sucintamente, faz-se necessário recuperar a*
801 *contribuição que as Instituições Públicas Federais de Ensino Supe-*
802 *rior têm oferecido, especialmente no que vai além do número de di-*
803 *plomas concedidos, quando surgem, no debate público, argumentos e*
804 *posições sustentadas na relação custo/aluno, ou dados comparativos-*
805 *com o ensino superior vinculado à iniciativa privada, liminarmente*
806 *calcados em imperativos economicistas. É significativa a tendência,*
807 *verificada na expansão do ensino superior, a partir da década de 70,*
808 *de crescimento da oferta em instituições isoladas e não em Univer-*
809 *sidades, como preconizava a reforma de 1968, com a característica-*
810 *amplamente majoritária de serem instituições privadas, pouco afei-*
811 *tas à padrões de qualidade e estimuladas por politicas públicas, no*
812 *mínimo complacentes com suas deficiências. Chega-se, hoje, à oferta*
813 *de vagas no Ensino Superior polarizada entre quase 6 centenas de es-*
814 *tabelecimentos isolados particulares e apenas 35 ainda jovens Uni-*
815 *versidades Federais. Evidentemente o móvel de demanda educativa foi*
816 *assimilado de maneira diferenciada pelos segmentos público e priva-*
817 *do, mesmo sem um equacionamento da questão massificação versus qua-*
818 *lidade. A rede privada, regida por leis de mercado e sensível ao re-*
819 *sultado financeiro direto, concentra-se nas áreas de maior densida-*
820 *de populacional, oferece vagas predominantemente em áreas do conhe-*
821 *cimento que dispensam grandes investimentos, capazes de conviver -*
822 *com frágil infra-estrutura e com corpo docente pouco qualificado .*
823 *Entretanto, as Instituições de Ensino Superior Federais estão dis-*
824 *tribuídas em todos os pontos do país, dispostas geograficamente de*
825 *maneira a melhor responder ao seu compromisso social, abrangendo to-*
826 *dos os campos do conhecimento indistintamente, incluindo a oferta*
827 *de vagas nos cursos onde a exigência é maior e o custo mais elevado.*
828 *Enquanto 70% dos alunos de Letras, Licenciatura ou Ciências Humanas*
829 *fazem seus cursos de ensino superior nas escolas privadas, 86% dos*

CONSELHO UNIVERSITÁRIO. ATA Nº02/90, Fls.24

830 cursos de Ciências Agrárias estão vinculados à rede pública, por e-
831 xemplo. O grau de importância dado pelas Instituições Federais de
832 Ensino Superior à formação e dedicação do seu corpo docente repre-
833 sentam um custo calculado para a eficaz consecução dos objetivos ins-
834 titucionais e compromisso com a qualidade. De forma permanente, as
835 Universidades Públicas mantêm, não sem sacrifícios, cerca de 10% de
836 seus professores realizando cursos de Mestrado e Doutorado no país
837 e no exterior. A titulação, nesses níveis, já alcança, aproximada-
838 mente, a metade do contingente. Potencializa-se o efeito da qualifi-
839 cação com a dedicação dos docentes em tempo integral à instituição,
840 que alcança mais de 75% nas IFES contra menos de 10% nas institui-
841 ções particulares, onde a maior parte dos professores são contrata-
842 dos por hora/aula. No sentido de definir um regime de trabalho do
843 cente que favoreça o cumprimento integral e indissociável dos com-
844 plexos objetivos institucionais, a comunidade universitária brasi-
845 leira tem se manifestado em defesa da permanente ampliação do regi-
846 me de Dedicção Exclusiva, admitindo o regime de tempo parcial que,
847 em determinadas áreas, podem trazer a contribuição do simultâneo e
848 xercício profissional, mas nunca o professor horista. Além da gra-
849 duação de profissionais ao nível de 3º grau e até para melhor desem-
850 penho qualitativo dessa tarefa, a produção das IFES tem tido uma a
851 brangência maior, tipicamente universitária, com significativo im-
852 pacto social e econômico. Injustamente tais resultados costumam ser
853 omitidos nas avaliações mais afoitas já que são de difícil quanti-
854 ficação. A evidente concentração dos cursos de Mestrado e Doutorado
855 nas IFES (mais de 80% dos cursos) demonstra o investimento estraté-
856 gico no futuro do país, mesmo à custa de um processo que envolve o
857 atendimento individualizado do aluno numa relação Professor / aluno
858 muito baixa, para obter-se resultados a médio e longo prazos. A pro-
859 dução científica e tecnológica das Universidades Públicas alcança-
860 mais de 94% das publicações e mais de 90% das dissertações produzi-
861 das em todo o conjunto de Instituições de Ensino Superior do país,
862 com significativo resultado tanto em áreas sociais e estratégicas -
863 como diretamente no setor produtivo. Fossem considerados os benefi-
864 cios econômicos diretamente gerados na agropecuária e em vários se-
865 tores da indústria como resultado de pesquisas realizadas nas Uni-
866 versidades Públicas, fatalmente a avaliação dos custos destas insti

CONSELHO UNIVERSITÁRIO. ATA Nº02/90, Fls.25

867 tuições seria reconsiderada. E não se diga que poderíamos ter im -
868 portado tais tecnologias mantendo coerência com os interesses nacio
869 nais, quando se sabe que não se reproduz a problemática de outras
870 nações. Considere-se ainda, que as estruturas organizacionais das
871 IFES comportam, além do Ensino Superior e da Pesquisa, um considerá
872 vel aparato de Assistência Médico-Hospitalar (maior até que a rede
873 própria do INAMPS), Fazendas Experimentais e magistério de 1º e 2º
874 graus. Incluem em seus orçamentos despesas com vários serviços comu
875 nitários voltados ao desenvolvimento regional, apoio a pequenas em
876 presas, produção e difusão cultural através de editoras, orquestras,
877 corais, museus, galerias de arte, teatro, cineclubes, bibliotecas,
878 rádios e TVs Universitárias. Destacam-se, do que foi mencionado,
879 quanto à demanda de pessoal: os Hospitais Universitários, que pela
880 necessidade de funcionamento ininterrupto, chegam a absorver até
881 1/3 do pessoal técnico-administrativo de algumas IFES; as Editoras
882 Universitárias, existentes em 60% das Universidades Públicas com li
883 nhas editoriais que não podem ser pautadas em privilegiar o retorno
884 financeiro; e a existência de mais de 30 Escolas Agrícolas e Colé
885 gios de Aplicação vinculados, exercendo importante papel social,
886 mesmo sem conferir diplomas de 3º grau. Por conseguinte, seria um
887 excesso de simplificação ratear todas as despesas pelo número de a
888 lunos matriculados, a fim de obter um 'custo per capita' de duvido
889 sa comparabilidade internacional e desastrosa utilidade na formula
890 ção de políticas públicas. Dentro da mesma perspectiva, isto é, con
891 siderando que a função assumida pelas Universidades Públicas não é
892 somente 'ministrar aulas', restringem-se a pequenos espaços opera
893 cionais administrativos o que poderia ser considerado 'atividade me
894 io' nestas instituições. NA verdade, as IFES são a 'ponta' do Sis
895 tema Federal de Ensino Superior, onde se imiscuem complementarmente
896 personagens da instituição pública e a população que demanda pela
897 multifacetada ação Universitária. SISTEMA DE ENSINO COMO UM TODO .
898 Ouvem-se, com freqüência, afirmativas de que deveria ser dada prio
899 ridade a outros graus de ensino que não o superior, tanto que segui
900 damente se fala em privilegiar o chamado ensino fundamental. Contu
901 do, esse constitui flagrante erro de perspectiva; como seria o de
902 pensar em universidade sem refletir sobre o 1º e 2º graus, visto
903 que sô se pode conceber o sistema de ensino como um sistema único,

904 com tais características que qualquer intervenção num nível repercu
 905 te significativamente nos outros. A qualidade do desempenho do alu-
 906 no que ingressa na universidade depende do encaminhamento dado no
 907 1º e 2º graus, isto é, os cursos superiores continuam uma obra edu-
 908 cativa que tem origem desde o início da escolaridade do aluno. Por
 909 outro lado, a universidade tem sido a principal responsável pela for-
 910 mação de professores para o 1º e 2º graus e, ainda, pelo grande nú-
 911 mero de pesquisas e estudos que realimentam o fazer pedagógico des-
 912 ses níveis. Portanto, não há como distinguir com precisão matemáti-
 913 ca a alocação de recursos específicos para cada demanda. Quando se
 914 diz que a maior parte dos recursos do MEC destinam-se ao ensino su-
 915 perior, deixa-se de levar em conta quanto necessariamente é usado-
 916 para a formação de professores para os outros graus e, consequente-
 917 mente, fazem parte do custo da educação básica. Não parece apropria-
 918 do dividir o que é por natureza indivisível. Cabe, isto sim, defi-
 919 nir responsabilidades próprias e desenvolver a percepção da constru-
 920 ção coletiva. Em um país como o nosso urge ampliar o investimento -
 921 em educação na certeza de que não há ensino de 1º e 2º graus de qua-
 922 lidade sem universidade competente. É fundamental garantir ensino-
 923 básico para todos. Entretanto até o enfrentamento desse desafio pas-
 924 sa, certamente, pela universidade. Necessitamos de universidades -
 925 com padrão único de qualidade, ainda que entendamos que em cada uma
 926 delas poderão ser atingidos diferentes níveis. Mas é indispensável-
 927 assegurar que suas potencialidades não se percam. Outro não pode ser
 928 o rumo para um país das dimensões e características do Brasil. Às
 929 críticas que ultimamente vêm surgindo sobre a qualidade dos egres-
 930 sos dos cursos superiores - em grande parte ruidosamente apresenta-
 931 das por órgãos fiscalizadores com visível feição corporativa - é
 932 também necessário atentar. Certamente elas sugerem que a universida-
 933 de também se comprometa com a educação continuada e, antes de mais
 934 nada, cuide de uma profunda reformulação pedagógica. Se realmente a
 935 'preocupação básica é o ajuste fiscal, tendo por escopo o atual con-
 936 texto macro-econômico e a redefinição das competências e priorida-
 937 des do Estado Brasileiro', não há como fugir das considerações que
 938 agora formulamos. **CRÍTICA E AUTOCRÍTICA.** Nenhuma instituição nacio-
 939 nal tem sido tão crítica em relação a si mesma, e tem tido tanta o-
 940 portunidade de fazer sua crítica, quanto a Universidade. Hoje, ela

CONSELHO UNIVERSITÁRIO. ATA Nº02/90, Fls.27

941 própria reconhece que não tem conseguido acompanhar o ritmo accelera-
 942 do do desenvolvimento científico e tecnológico que se processa a nĩ
 943 vel mundial. Ela tem consciência que não concretiza, em sua plenu
 944 de, o princípio da indissociabilidade do ensino, pesquisa e exten-
 945 são. A universidade pública tem consciência que ainda está distante
 946 de corresponder à sua responsabilidade social, responsabilidade es
 947 sa traduzida na formação da cidadania de profissionais mais compro-
 948 metidos com um projeto nacional de melhoria das condições de vida
 949 da população do que com um projeto individualista - enfim, profis
 950 sionais críticos, competentes e criativos o bastante para transfor
 951 mar a realidade que está aí. É imperioso considerar, contudo, que a
 952 defasagem que se identifica na universidade pública, neste momento,
 953 é, em grande parte, decorrente de uma política mais ampla. Quis-se
 954 reduzir a universidade a esta situação quando foram sendo, gradati-
 955 vamente, reduzidas as verbas de manutenção das IFES; quando se per
 956 mitiu o sucateamento de prédios, laboratórios e equipamentos, num
 957 processo criminoso de deteriorização do patrimônio público; quando
 958 se permitiu que, pela intervenção externa, direta ou indireta, de
 959 políticos influentes no governo, fossem usados métodos clientelísti
 960 cos de favorecimento, tanto na concessão de verbas como no empre -
 961 guismo de pessoal; quando se vedou a possibilidade de aumento de va
 962 gas nos quadros de pessoal - e isto aconteceu no exato momento em
 963 que as próprias universidades, como fruto da luta de seus servido
 964 res, haviam conseguido incluir a obrigatoriedade de concurso públi
 965 co como a única forma de ingresso nas carreiras tanto de docentes
 966 como de técnico-administrativos -; quando se permitiu que a remune
 967 ração inadequada afugentasse excelentes profissionais dos quadros
 968 das universidades públicas e levasse ao desestímulo grande número
 969 dos que ali permaneceram; quando, ao invés de se atender à justíssi
 970 ma reivindicação de 'mais verbas para a manutenção das IFES', exigi
 971 da pelos docentes e servidores por ocasião da paralisação de 1987 ,
 972 o governo - a par de não atender - decidiu conceder aumento signifi
 973 cativo nos valores e no leque de funções gratificadas e comissiona-
 974 das, para isto desviando significativa parcela dos recursos que es
 975 tavam sendo exigidos para outros custeios e capital. A situação de
 976 recursos orçamentários das IFES tem atingido níveis calamitosos, tan
 977 to para preservação de prédios e equipamentos, como para programas-

(A)

978 de pesquisa e extensão, de bolsas de iniciação científica, de trei-
979 namento de pessoal, de melhoria de bibliotecas, etc. Esta situação
980 provocou a paralisação das atividades das IFES no 1º semestre de
981 1989, quando o próprio governo, após estudos realizados por seus or-
982 gãos de planejamento e coordenação, admitiu a necessidade de suple-
983 mentação (Aviso nº877 da SEPLAN) e de aumento do número de vagas
984 (Aviso nº [em branco]). Há que reconhecer, ainda, que historicamen-
985 te o MEC tem revelado a falta de uma política clara com respeito ao
986 ensino superior como um todo, e em particular, com relação às Uni-
987 versidades Federais. Quando buscou construí-la, fê-lo marginalizan-
988 do as instituições universitárias, com as quais acabou se confron-
989 tando, na tentativa de implementar o projeto GERES. Os aspectos aci-
990 ma referidos, além de inúmeros outros, acabaram produzindo distor-
991 ções históricas nas universidades públicas, com isto obstaculizando
992 mudanças e inovações que, sem dúvida, são processos inerentes à pró-
993 pria natureza da instituição universitária. Paradoxalmente, a par-
994 desses equívocos na política governamental para com a universidade-
995 pública, é de dentro da própria instituição que surgem os crescen-
996 tes reclamos de realinhamento na direção do seu verdadeiro papel.
997 Assim surgiram os movimentos pelo fim das intervenções e dos siste-
998 mas autoritários, pela redemocratização da universidade, pela auto-
999 nomia, pelo estabelecimento de um plano de carreira e de salários ,
1000 por mais verbas de manutenção, por um padrão de qualidade, pelo com-
1001 promisso social da instituição. Este panorama demonstra o esforço
1002 crescente de autocrítica que vem sendo feito pelas próprias IFES em
1003 busca da correção de rumos, inclusive em termos de eficiência. O re-
1004 sultado deste esforço será, sem dúvida, altamente satisfatório se
1005 as comunidades universitárias, ao invés de, mais uma vez, verem -
1006 frustradas suas tentativas de superação de deficiências o limita-
1007 ções, experimentarem-se apoiadas e estimuladas a implementar tal es-
1008 forço e puderem sentir que, de maneira efetiva, o MEC passa a exer-
1009 cer seu verdadeiro papel de liderança no estabelecimento de políti-
1010 cas e diretrizes para o ensino superior."A BUSCA DE UM CAMINHO. Sen-
1011 do complementares, os papéis do Estado e das Universidades diferem
1012 unicamente pela amplitude. No seu campo peculiar, as universidades-
1013 são realimentadas constantemente pelo contato direto com as expres-
1014 sões culturais variadas que as cercam, e pela relação com os movi-

CONSELHO UNIVERSITÁRIO. ATA Nº02/90, Fls.29

1015 mentos sociais que estimulam a autocrítica no redirecionamento de
1016 suas ações. Portanto, o governo, no seu papel de formulador de poli-
1017 ticas globais, e ao exercê-lo no que respeita à educação superior,
1018 não pode prescindir dos conhecimentos acumulados pelas universida-
1019 des, sob pena de se dissociar da realidade, confrontando-se com os
1020 anseios da sociedade. Historicamente a dissociação governo-universi-
1021 dades tem ocorrido e isto se deve à verticalidade com que governos
1022 passados insistiram em encaminhar as soluções ignorando a realidade
1023 e as demandas sociais que estão dadas para cada instituição, em par-
1024 ticular. Se há consenso de que a realidade atual deve ser revertida,
1025 não é pela adoção de medidas lineares, cujo impacto se dará meramen-
1026 te sobre as conseqüências, que se obterá a recuperação desejada. O
1027 questionamento primeiro deve ser dirigido a explicitar as causas do
1028 estado atual, qual o papel que cabe às universidades e quais as con-
1029 dições para que possam cumpri-lo. Não há, portanto, saída conseqlen-
1030 te que não privilegie um projeto global, eliminando assim a dicoto-
1031 mia governo-IFES através de um rol de compromissos mútuos. O diálo-
1032 go se impõe! Fruto da consciência crítica das universidades, muitas
1033 estão construindo caminhos que levem à ampliação e qualificação de
1034 seus serviços, dentro de uma visão prospectiva da realidade dinâmi-
1035 ca em que devem atuar. Mais do que pela vontade das IFES de que o
1036 governo venha para a discussão destes projetos, sua participação se
1037 impõe como única forma de viabilizá-los. Nesta linha, as universida-
1038 des já manifestaram em momentos anteriores e reafirmam a necessida-
1039 de de ter no MEC e, especialmente, na SENESU, o órgão que, a nível
1040 de governo, coordene, participativamente, a política para o ensino
1041 superior. Esta coordenação deve se dar a partir de diretrizes glo-
1042 bais, construídas no respeito às peculiaridades das IFES e às reali-
1043 dades em que estão inseridas, reafirmando a autonomia, exercida com
1044 profundo compromisso público. As diretrizes gerais devem ser cons-
1045 truídas a partir de um diagnóstico conjunto MEC-IFES da relação das
1046 universidades com a realidade social. Coerente com os princípios pon-
1047 tuados, cada universidade implementará um conjunto de ajustes que
1048 certamente implicarão em adequação de estruturas; reorganização da
1049 força de trabalho; ampliação e qualificação de seus serviços de en-
1050 sino, pesquisa e extensão. através da revisão do vestibular, da am-
1051 pliação de vagas nos atuais ou pela abertura de novos cursos, da

1052 *recuperação e adequação das instalações, da qualificação de seus qua*
1053 *dros de pessoal, entre outros, tudo passível de avaliação passo a pas*
1054 *so e do controle social necessário". Concluída a leitura o Sr.*
1055 *Presidente franqueou a palavra para manifestações dos pre*
1056 *sentes. Diversos conselheiros pronunciaram-se então, reve*
1057 *lando-se todos concordes com o ideário constante do vigo*
1058 *roso texto, de um modo geral, lançando somente mínimas res*
1059 *trições quanto à algumas expressões que poderiam sugerir*
1060 *uma interpretação menos condizente com a realidade preten*
1061 *dida para a matéria enfocada no documento. Do debate tra*
1062 *vado restaram duas alternativas com vistas à sua votação:*
1063 *votar o documento na conformidade da sua redação original,*
1064 *sem prejuízo, todavia, de que seja burilado em relação à*
1065 *sua forma literária e ortográfica, ou votá-lo observando -*
1066 *-se os destaques apresentados por alguns conselheiros. Le*
1067 *vada a efeito a votação observou-se que vinte e um(21) con*
1068 *selheiros votaram pela primeira alternativa e doze (12) -*
1069 *desejando que o documento fosse votado considerando-se os*
1070 *destaques apresentados, passando, pois, o documento a ser*
1071 *aprovado na íntegra, sem prejuízo, como antes referido ,*
1072 *de que sofra um aprimoramento nos aspectos acima levanta*
1073 *dos. Falando a seguir, o Professor Amilcar Gigante afirmou*
1074 *que faria divulgar o documento em pauta por todos os meios*
1075 *ao seu alcance, contatando com parlamentares tanto gau*
1076 *chos como de outras bancadas, externando, uma vez mais, a*
1077 *sua grande preocupação ante a seriedade do momento que vi*
1078 *ve a comunidade universitária, e agradecendo aos srs. Con*
1079 *selheiros, em nome da defesa do ensino público no País ,*
1080 *a dedicação, colaboração e o desempenho deste Conselho no*
1081 *enriquecimento dos debates em torno de tão transcendente*
1082 *matéria. Antes de concluir os trabalhos a Presidência con*
1083 *cedeu a palavra ao Professor Gastão Coelho Pureza Duarte,*
1084 *que a solicitara. Em breve pronunciamento este Conselhei*
1085 *ro exteriorizou a sua inconformidade em relação à um Bole*
1086 *tim feito editar pelas três representações de classes da*
1087 *Universidade (ASUFPel - ADUFPel - DCE), através do qual é*
1088 *tecida contundente crítica ao comportamento de membros -*
1089 *deste Conselho que durante a votação do primeiro documen-*

1090 to analisado neste Órgão quando do desenrolar desta ses
1091 são, em sua fase inicial, dia 22pp., optaram por uma pro
1092 posta apresentada em plenário em que, embora prevendo a
1093 aprovação do precitado documento, fazia restrições quan
1094 to a certos princípios dele constantes. A seu juízo a
1095 nota publicada é injusta e im procedente quando afirma ,
1096 textualmente, que "Apesar de alguns conselheiros insis
1097 tirem em se colocar contrários à defesa da Universida
1098 de Pública e Gratuita e dos anseios de seus pares, a
1099 maioria, entendendo o grave momento por que passa a Edu
1100 cação Superior no país, não teve vacilação em referen -
1101 dar e defender o patrimônio público". ... Continuou o
1102 Professor Gastão Coelho Pureza Duarte, afirmando estar
1103 bem consciente do momento grave que experimenta hoje a
1104 Universidade Brasileira, e não seria ele, um professor
1105 envolvido com a causa da educação há quase 40 anos, que
1106 tem procurado dar o melhor de sí à Universidade que ele
1107 próprio ajudou a criar, não seria ele - repetiu - que
1108 haveria de posicionar-se contrário à defesa dos seus in
1109 teresses e do ensino público e gratuito. Assim, deplora
1110 va os conceitos emitidos naquela Nota por carecerem, ab
1111 solutamente, de fundamento, não expressando de forma al
1112 guma a verdade. Concluída a sua intervenção o Professor
1113 Amílcar Gigante disse entender perfeitamente o desabafo
1114 daquele professor. Segundo pensa o Magnífico Reitor ne
1115 nhuma pessoa resiste a um julgamento de seus atos minu
1116 to a minuto, ao longo de toda a sua existência. Importa,
1117 sim, que sempre procuremos agir com consciência e digni
1118 dade na busca incessante da verdade. E, na Universidade,
1119 é este o foro por excelência para travar discussões, ob
1120 jetivando aplainar diferenças e construir a Universida
1121 de que idealizamos. O Sr. Presidente agradeceu, então ,
1122 a presença de todos, dando por encerrada a sessão , da
1123 qual, para constar, eu *Neusa Vez e* Neusa Vez e
1124 Silva, Secretária dos Conselhos Superiores da Universi
1125 dade Federal de Pelotas, lavrei a presente Ata que, uma
1126 vez aprovada, será devidamente assinada pelo Sr. Presi
1127 dente. -----